

POLÍTICAS CURRICULARES E PRÁTICAS DE ENSINO: DISPUTAS E DILEMAS SOBRE A INTERVENÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RODRIGUES, Rodrigo F.

Instituto Federal do Espírito Santo – Cariacica

rodrigo.rodrigues@ifes.edu.br

FONTAN, Clarisse Oliveira da Rocha

Secretaria Municipal de Educação de Vitória

clarissefontan2015@gmail.com

GONZAGA, Raquel Pereira da Silva

Secretaria Municipal de Educação de Vitória

raquelpereiradasilvagonzaga@gmail.com

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido marcadas por profundas transformações nas políticas educacionais brasileiras, com destaque para a crescente intervenção do terceiro setor na educação pública. Esse fenômeno se insere em um contexto mais amplo de redefinição do papel do Estado e de adoção de princípios neoliberais e gerencialistas na administração pública conforme nos anuncia Peroni (2018), Adrião e Peroni (2011) Adrião (2022).

No âmbito das políticas curriculares e práticas de ensino, essa intervenção tem suscitado intensos debates e controvérsias, evidenciando disputas e dilemas sobre os rumos da educação pública no país.

O presente trabalho busca analisar criticamente esse cenário, tomando como estudo de caso o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), uma iniciativa do governo estadual que exemplifica as novas configurações da relação entre Estado, terceiro setor e educação pública.

Para compreender o fenômeno em questão, é fundamental situá-lo no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre as políticas sociais. Autores como Ball (2014, 2024), Peroni (2018). Lopes e Gigante (2024) têm destacado

como a lógica do mercado e os princípios da Nova Gestão Pública (NGP) vêm sendo incorporados à educação, redefinindo o papel do Estado e abrindo espaço para novos atores na definição e execução das políticas educacionais que permeiam as práticas da escola pública utilizando o setor privado como referência de qualidade. Lopes e Gigante (2024) abordam os efeitos da ação articulada das instituições e autores que constituem as redes, que para Ball (2014 e 2024) são sistemas dinâmicos e que demandam transição metodológica e conceitual na análise das dinâmicas sociais e políticas.

Nesse cenário, o conceito de "terceiro setor" ganha centralidade, sendo compreendido como um conjunto heterogêneo de organizações privadas sem fins lucrativos que passam a atuar na provisão de serviços públicos, incluindo a educação. Montañó (2002) problematiza esse conceito, argumentando que ele obscurece as relações de classe e despolitiza a questão social e os interesses de cada segmento da sociedade.

No campo específico das políticas curriculares, autores como Apple (2006) e Lopes (2004) têm enfatizado seu caráter conflituoso e contingente, destacando as disputas em torno da definição do conhecimento legítimo e das formas de organização do trabalho pedagógico. A intervenção do terceiro setor nesse campo adiciona novas camadas de complexidade a essas disputas. Macedo (2006, 2024) destaca as implicações do neoliberalismo na formulação das políticas curriculares e aponta a necessidade de reflexão e análise crítica das práticas de governança e das formas de poder que permeiam a educação e seus desdobramentos no campo pedagógico.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e revisão bibliográfica. Foram examinados documentos oficiais relativos ao PAES, bem como a literatura acadêmica sobre políticas curriculares e intervenção do terceiro setor na educação. A análise foi orientada pelos princípios de busca e identificação das concepções de educação, currículo e gestão subjacentes às políticas e práticas em questão.

DESENVOLVIMENTO

O Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), instituído em 2017, exemplifica as novas configurações da relação entre Estado e terceiro setor na educação pública. Apresentado como uma iniciativa de colaboração entre estado e municípios para fortalecer a aprendizagem na educação básica, o PAES incorpora elementos típicos da lógica gerencialista, como o foco em resultados mensuráveis e a adoção de práticas de gestão empresarial, como a governança (em detrimento à gestão democrática).

As políticas curriculares e as práticas de ensino têm sido objeto de intensos debates e disputas no campo educacional, especialmente no que se refere à intervenção do terceiro setor na educação pública. Esse cenário se intensificou no contexto das reformas educacionais das últimas décadas, marcadas pela crescente influência de princípios neoliberais e gerencialista na administração pública.

Autores como Ball (2014), Peroni (2018) e Adrião (2018) têm analisado criticamente como a lógica do mercado e os princípios da Nova Gestão Pública vêm sendo incorporados à educação, redefinindo o papel do Estado e abrindo espaço para novos atores na definição e execução das políticas educacionais. Nesse contexto, o conceito de "terceiro setor" ganha centralidade, compreendido como um conjunto heterogêneo de organizações privadas sem fins lucrativos que passam a atuar na provisão de serviços públicos, incluindo a educação.

No campo específico das políticas curriculares, autores como Apple (2006), Lopes (2004) e Macedo (2006) têm enfatizado seu caráter conflituoso e contingente, destacando as disputas em torno da definição do conhecimento legítimo e das formas de organização do trabalho pedagógico. A intervenção do terceiro setor nesse campo adiciona novas camadas de complexidade a essas disputas. Macedo (2024) aborda a articulação entre políticas curriculares globais e locais destacando a interação entre os diferentes níveis de controle e influência sobre os currículos educacionais e contraposição entre o papel do Estado como agente central na formulação e implementação de currículos nacionais e pressão internacional exercida pelas organizações como as Organizações para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No contexto brasileiro, iniciativas como o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES) exemplificam as novas configurações da relação entre Estado, terceiro setor e educação pública. O PAES, instituído em 2017, incorpora elementos típicos da lógica gerencialista, como o foco em resultados mensuráveis e a adoção de práticas de gestão empresarial na educação.

A análise revela que o PAES se estrutura em três eixos principais: Apoio à Gestão, Fortalecimento da Aprendizagem e Planejamento e Suporte. Essa estruturação evidencia uma concepção de qualidade educacional fortemente atrelada a indicadores quantitativos e à padronização curricular, alinhando-se às tendências nacionais e internacionais de políticas baseadas em evidências e *accountability*.

Um aspecto central do PAES é o estabelecimento de parcerias com organizações do terceiro setor para a implementação de programas de intervenção pedagógica. Essa estratégia, embora apresentada como forma de qualificar a educação pública, suscita questionamentos sobre a autonomia das escolas, dos professores e das redes e sistemas de ensino municipais na definição de suas práticas pedagógicas, curriculares e políticas educacionais.

Rodrigues (2020), em sua tese de doutorado, analisou a ação social do "Movimento Colabora Educação" (MCE) em políticas educacionais interfederativas. O MCE, constituído desde 2016 por organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Todos pela Educação, a Fundação Itaú Social, entre outras, representa uma articulação estratégica do terceiro setor de interesse empresarial nas políticas educacionais e teve relevante papel na implementação do PAES como destaca o autor.

Rodrigues (2020), então, identificou três dimensões principais da ação social desses atores: 1) a conformação do terceiro setor como parceiro legítimo nas políticas sociais; 2) a atuação do terceiro setor como articulador das políticas públicas; e 3) o terceiro setor de interesse empresarial como definidor e implementador de políticas por meio de redes estratégicas de ação social.

Essas tendências, segundo o autor, favorecem uma retro anulação do Estado e ressignificam conceitos e práticas democráticas e federativas, com implicações significativas para a participação democrática e popular na educação brasileira.

Outros autores como Freitas (2018), Hypólito (2019) e Shiroma (2019) também têm alertado para os riscos da crescente influência do setor privado e do terceiro setor nas políticas educacionais, apontando para a necessidade de se fortalecer o caráter público e democrático da educação.

Diante desse cenário complexo, é fundamental que as pesquisas sobre políticas curriculares e práticas de ensino continuem a examinar criticamente as intervenções do terceiro setor na educação pública, buscando compreender seus impactos na qualidade da educação, na autonomia das escolas e dos professores, e na construção de uma educação verdadeiramente democrática e emancipatória. Tello (2024) destaca que as políticas públicas em educação devem ser consideradas objetos de estudo e não apenas de ação do Estado.

A análise do PAES também revela tensões entre diferentes concepções de gestão educacional. Por um lado, há um discurso de valorização da gestão democrática e participativa. Por outro, a ênfase em metas e resultados quantificáveis, bem como a adoção de modelos de gestão inspirados no setor privado, podem limitar a autonomia das escolas e dos profissionais da educação.

Um ponto crítico identificado refere-se à formação de professores no contexto do PAES. Observa-se uma tendência à adoção de modelos formativos alinhados às demandas imediatas do mercado e às metas de desempenho estabelecidas, em detrimento de uma formação mais ampla e reflexiva. Isso se alinha ao que Nóvoa (2007) denomina “transbordamento” das funções docentes, com implicações significativas para a identidade e o trabalho dos professores.

CONSIDERAÇÕES

Consideramos, assim que uma análise do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo evidencia as complexas relações entre políticas curriculares, práticas de ensino e intervenção do terceiro setor na educação pública. Observa-se que, sob o discurso da melhoria da qualidade educacional, implementam-se políticas que tendem a reduzir a autonomia das escolas e dos professores, padronizar currículos e práticas pedagógicas, e subordinar os objetivos educacionais a lógicas gerencialistas e de mercado.

Essas tendências suscitam importantes questionamentos sobre o papel do Estado na garantia do direito à educação, os limites e possibilidades da atuação do terceiro setor nas políticas educacionais, e os impactos dessas configurações sobre a democratização da educação e a construção de uma escola pública de qualidade para todos.

É fundamental que essas questões sejam objeto de amplo debate público e acadêmico, buscando construir alternativas que preservem o caráter público e democrático da educação, valorizem a autonomia e a criatividade dos profissionais da educação, e promovam uma formação integral e emancipatória dos estudantes, cuja ação transformadora faz parte dos resultados de acordo com Mainardes (2024).

Futuros estudos poderiam aprofundar a análise dos impactos concretos dessas políticas nas práticas cotidianas das escolas, bem como investigar experiências alternativas de políticas curriculares e gestão educacional que busquem superar os dilemas aqui identificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre dez casos em estudo. **Práxis Educativa**, v. 6, n. 1, p. 45-53, 2011.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Meio Eletrônico. Brasília, ANPAE, 2022.

APPLE, M. W. **Educating the "right" way**: Markets, standards, God, and inequality. 2. ed. New York: Routledge, 2006.

BALL, Stephen. **Educação global S.A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Pesquisa em Políticas Educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HYPÓLITO, Á. M. BNCC, agenda global e formação docente. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 187-201, 2019.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 109-118, 2004.

GIGANTE, C. C.; LOPES, A. C. **Rede política pela Educação Integral**: o caso do Instituto Ayrton Senna. In. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024.

MACEDO, E. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 285-296, 2006.

MACEDO, E. **Políticas curriculares globais e locais**. In. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024.

MAINARDES, J. **A perspectiva ético-ontopistemológica e a pesquisa no campo da política educacional**. In. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NÓVOA, A. **O regresso dos professores**. In: Conferência Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida. Lisboa: Ministério da Educação, 2007.

PERONI, V. M. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, 2018.

RODRIGUES, R. F. **A ação social do "Movimento Colabora Educação" em políticas educacionais interfederativas**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 5, p. 1–22, 2019.

TELLO, C. **O Estado é o objeto de estudo da política educacional?** Contextualizações histórico-epistemológicas. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024.